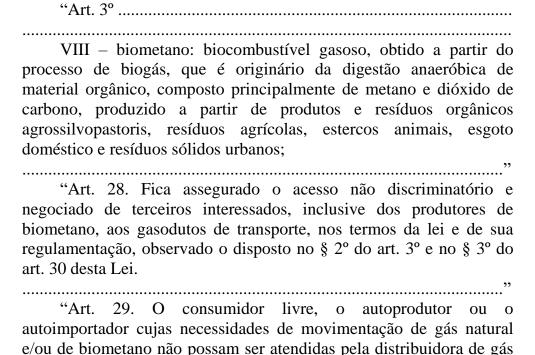
Emenda nº 1 (Corresponde à Emenda nº 1 – Plen)

Inclua-se, no art. 3º do Projeto, o seguinte inciso VIII, renumerando-se os incisos seguintes e adequando-se as correspondentes remissões, e dê-se aos arts. 28 e 29 do Projeto a seguinte redação:





Emenda nº 2 (Corresponde à Emenda nº 13 – Plen)

	Acrescente-se ao art. 4º do Projeto o seguinte § 4º: "Art. 4º							
§ 4º Além do regime de autorização, a atividade de transporte d								

§ 4º Além do regime de autorização, a atividade de transporte de gás natural também poderá ser exercida por meio de Parceria Público-Privada (PPP), abrangidas a construção, a ampliação, a operação e a manutenção das instalações."

Emenda nº 3 (Corresponde à Emenda nº 21 – Plen)

Dê-se ao art. 7º do Projeto a seguinte redação: "Art. 7º
 III – gasoduto com origem ou destino em terminais de GNL ou GNC e ligado a outro gasoduto de transporte de gás natural;
VI — gasoduto destinado à movimentação de gás natural, cujas características técnicas de diâmetro, pressão e extensão superem limites estabelecidos em regulação da ANP, excetuados os gasodutos de distribuição localizados em um mesmo Estado.

Parágrafo único. Fica preservada a classificação do gasoduto enquadrado exclusivamente no inciso VI do **caput** que esteja em implantação ou em operação na data da publicação desta Lei."

Emenda nº 4 (Corresponde à Emenda nº 23 – Plen)

Suprima-se o art. 25 do Projeto, renumerando-se os seguintes.



Emenda nº 5 (Corresponde à Emenda nº 11 – Plen)

Acrescente-se ao art. 26 do Projeto o seguinte § 2º, numerando-se o parágrafo único como § 1º:

"/	٩rt	. 26.		 	 	 	 	 		 	
§	1°		•••••	 • • • • • • •	 	 •••••	 	 	•••••	 	

§ 2º As unidades de processamento ou tratamento de gás natural devem ser instaladas preferencialmente nos Municípios produtores."

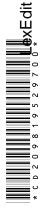
Emenda nº 6 (Corresponde à Emenda nº 22 – Plen)

Dê-se ao art. 30 do Projeto a seguinte redação:

- "Art. 30. É vedado a empresa autorizada pela ANP a exercer atividade de exploração, desenvolvimento, produção, importação, carregamento e comercialização de gás natural ter acesso a informações concorrencialmente sensíveis de distribuidoras de gás canalizado ou deter concessão para operá-las.
- § 1º A vedação do **caput** de acesso a informações concorrencialmente sensíveis aplica-se aos membros da diretoria ou a representante legal de empresas ou consórcio de empresas que atuem ou exerçam funções nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, carregamento e comercialização de gás natural.
- § 2º Para os membros da diretoria ou representante legal de empresa ou consórcio de empresas autorizados pela ANP a exercer as atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, carregamento e comercialização de gás natural terem acesso a informações concorrencialmente sensíveis é necessária a adesão voluntária à certificação de independência expedida pela ANP, nos termos da regulação.
- § 3º A certificação de independência prevista no § 2º será revista a cada alteração societária relevante da empresa ou do consórcio de empresas referidos no § 2º."

Emenda nº 7 (Corresponde à Emenda nº 26 – Plen)

Inclua-se no Projeto o seguinte Capítulo IX e respectivos artigos, renumerando-se os seguintes:



"CAPÍTULO IX DA INTEGRAÇÃO DO SETOR DE GÁS NATURAL COM O SETOR ELÉTRICO

Art. 41. Os próximos leilões de compra de energia termelétrica a gás natural, promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), deverão, prioritariamente, substituir a geração termelétrica existente, utilizando diesel ou óleo combustível, garantindo sua reposição por energia elétrica proveniente de usinas termelétricas inflexíveis locacionais a gás natural, a serem despachadas na base do sistema elétrico, independentemente de ordem de mérito, visando, prioritariamente, ao abastecimento dos Estados da região amazônica, de modo a viabilizar o transporte de gás natural para capitais que ainda não dispõem de suprimento e a monetização integral de todas as reservas de gás natural em terra e no mar nessa região.

Parágrafo único. O montante da energia contratada não ficará limitado ao previsto no **caput** deste artigo e toda energia produzida por usinas termelétricas inflexíveis locacionais a gás natural poderá ser rateada entre todos os usuários finais de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), incluindo os consumidores referidos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e os autoprodutores apenas na parcela da energia gerada decorrente da interligação ao SIN, na proporção do consumo de cada agente do ano anterior, conforme regulamentação.

Art. 42. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) elaborará anualmente o planejamento da expansão de malha de gasodutos de transporte, incorporando as propostas da ANP e da Aneel, priorizando os dutos para atendimento das térmicas inflexíveis locacionais, garantindo o pagamento da receita máxima permitida de transporte, pelo prazo da autorização do gasoduto, incluindo este custo anual nos encargos do sistema elétrico, conforme regulamentação conjunta da ANP e Aneel.

Parágrafo único. A ANP e a Aneel, no processo licitatório previsto neste artigo, poderão utilizar projeto ou anteprojeto de gasoduto de transporte já autorizado ou em processo de licenciamento ambiental, garantindo ao seu detentor o pagamento do percentual de até 5% (cinco por cento) dos investimentos considerados para o cálculo da receita máxima permitida."



Emenda nº 8 (Corresponde ao destaque de Plenário)

Suprima-se o art. 41 do Projeto, renumerando-se os seguintes.

Emenda nº 9 (Corresponde à Emenda nº 25 – Plen)

•		,					
1 0		43 do Projeto a seguinte redação:					
Parágrafo único. Ficam garantidos os direitos e a autorização da transportadoras dos gasodutos em implantação ou em processo de licenciamento ambiental em 5 de março de 2009."							
Emenda nº 10 (Corresponde à Emenda nº 24 – Plen)							
Inclua-se no Projeto o seguinte art. 46, renumerando-se os seguintes: "Art. 46. Ficam preservadas as competências estaduais previstas no § 2º do art. 25 da Constituição Federal, com relação aos serviços locais de gás canalizado."							
Senado Federal, em	de	de .					

Senador Davi Alcolumbre Presidente do Senado Federal

